



Tecnologia e Sociedade

ISSN: 1809-0044

revistappgte@gmail.com

Universidade Tecnológica Federal do
Paraná
Brasil

Alves de Alves, Daniela; Ribas Sabará, Maria Tereza
Disciplinamento e controle: análise de uma rede de monitoramento visual
Tecnologia e Sociedade, vol. 11, núm. 21, enero-junio, 2015, pp. 98-113
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Curitiba, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=496650343009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Disciplinamento e controle: análise de uma rede de monitoramento visual

*Discipline and control: analysis of a surveillance system*¹²

Daniela Alves de Alves³
Maria Tereza Ribas Sabará⁴

Artigo recebido em para publicação em out./2014 e aceito para publicação em nov./2014

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar dados de pesquisa realizada em uma cidade brasileira de pequeno porte sobre a implantação de um “Sistema de Videomonitoramento da Violência”, composto pela instalação de 9 câmeras de vídeo no centro da cidade. Partimos do referencial analítico proposto por Michel Foucault sobre os dispositivos biopolíticos, a fim de problematizar as dimensões de controle e vigilância presentes no projeto analisado. Foram analisados: os documentos estaduais que deram origem ao “Projeto Olho Vivo”; 20 entrevistas semi-diretivas com transeuntes; 20 entrevistas com comerciantes e uma entrevista com a vice-presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas da cidade. A hipótese desenvolvida foi de que controle social e segurança para o consumo perpassam esta tecnologia de monitoramento. Deste modo, este trabalho pretende contribuir empiricamente com as análises referentes às biopolíticas e sua agência no cotidiano da sociedade.

Palavras-chave: Biopolítica. Câmeras de vigilância. Controle social.

ABSTRACT

The objective of this article is to present data from a research in a small city in the state of Minas Gerais, Brazil, concerning the installation of a "System for Video Surveillance of Violence", consisting of 9 video cameras in the city's downtown area. This analysis is based upon the analytical reference as proposed by Michel Foucault on biopolitical mechanisms, in order to discuss the dimensions of control and surveillance present in the analyzed project. The following were analyzed: state documents that gave origin to "Projeto Olho Vivo" or "Live Eye Project"; 20 semi-directive interviews with passer-by's; 20 interviews with shop owners and one interview with the vice-president of the city's Chamber of Store Directors. The hypothesis is that social control and security for consumption follow this surveillance technology. This way, this article intends to make an empirical contribution to the analysis on biopolitics and its action on society's everyday activities.

Keywords: Biopolitics. Surveillance cameras. Social control.

¹Texto apresentado no evento V Simpósio Nacional de Tecnologia e Sociedade V TecSoc-Esocite.BR e no XXIX Congresso de La Asociacion Latinoamericana de Sociologia.

²Os dados aqui apresentados são resultado de projeto de pesquisa com financiamento de bolsa Probic/Fapemig.

³Mestre e doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é professora Adjunta IV do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e pós-doutoranda do Programa de História da Ciência, da Tecnologia e Epistemologia (HCTE/UFRJ). Os principais temas de interesse são ligados aos estudos CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade), redes sociotécnicas e produção do conhecimento, mudanças sociotécnicas e trabalho. E-mail: alvesautomatic@gmail.com.

⁴Graduada em Ciência Sociais. Ex-bolsista PROBIC/FAPEMIG. Interessa-se pelos temas do Biopoder, Tecnologia e Criminalidade. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa - MG. E-mail: mterezars@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

A problemática na qual se fundamenta esse artigo provém das discussões acerca da atividade governamental como engendradora de uma sociedade disciplinada e/ou controlada, a partir dos conceitos de Michel Foucault e Gilles Deleuze em torno de um modelo de governo biopolítico. Nessa direção, propõe-se analisar e verificar elementos dessa prática no projeto de combate à criminalidade denominado “Olho Vivo”, aplicado em um município de pequeno porte do estado de Minas Gerais. Na cidade analisada o projeto se iniciou no ano de 2009 com o sistema de vigilância a partir da instalação de 9 câmeras de vídeo que observam 29 ruas da cidade ininterruptamente.

Este município se localiza na Zona da Mata mineira e tem atualmente cerca de 72 mil habitantes⁵ (IBGE, 2010). Em 2006, o Governo do Estado, a Secretaria de Estado de Defesa Social e a Polícia Militar de Minas Gerais – PM/MG deram início à instalação do “Sistema de Videomonitoramento da Violência”, mais conhecido como “Projeto Olho Vivo”, na cidade de Belo Horizonte e, posteriormente, nas regiões metropolitanas e municípios do interior, de forma a combater os índices de criminalidade e violência. Os locais de instalação foram pré-definidos pela PM/MG que analisa as áreas de risco a partir de indicadores como fluxo de movimento, maiores índices criminais e regiões comerciais.

Dentre as justificativas para a implantação do projeto, destacam-se, a eficiência técnica do equipamento que seria capaz de captar as imagens em 360° e filmar detalhes importantes como distintivos em fardas de polícias e placas de carros, além de proporcionar uma “sensação de segurança” na população. Segundo secretário de defesa social de Belo Horizonte, Maurício Campos, “o monitoramento é uma das mais potentes ferramentas para o policiamento ostensivo”⁶.

A pesquisa empírica foi desenvolvida a partir de entrevistas qualitativas: 20 entrevistas com transeuntes, abordados ao acaso nas ruas monitoradas; 20 entrevistas com comerciantes cujo estabelecimento se encontra monitorado; e uma entrevista com a vice-presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas e da Casa do Empresário. Como complemento à pesquisa documental, foi consultado o Convênio

⁵INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Cidades. 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/index.php>. Acesso em 01 julho de 2013.

⁶ MINAS GERAIS, Secretaria de Estado de. In: Página Oficial da Secretaria de Estado de Minas Gerais. Disponível em: https://www.seds.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=754&Itemid=71. Acesso em 01 julho 2013.

referente à parceria entre a Secretaria de Defesa Social, Polícia Militar e a Prefeitura.

Objetivamos com este texto apresentar um mapeamento das implicações subjetivas da implantação das câmeras do Projeto Olho Vivo na cidade, delimitando os aspectos característicos da existência de uma prática *biopolítica*, de seus conflitos e tensões relacionados à realidade local.

A BIOPOLÍTICA

A partir do desenvolvimento do capitalismo e das transformações sociais, políticas e culturais do século XVIII, surge a necessidade de analisar a esfera política sob uma nova ótica, na medida em que o poder não se configura mais como elemento autônomo, mas está presente em todas as esferas da vida. Assistimos nas sociedades ocidentais, a partir desta época, a instalação de uma nova estratégia de poder que surge com a disseminação das teorias liberais e um governo que foca no bem estar da massa populacional de modo a atingir efeitos máximos a custos mínimos. O crescimento populacional e uma maior racionalização das práticas governamentais tornaram necessário pensar em uma expansão do processo de disciplinamento pautado no poder de não mais “fazer morrer e deixar viver”, mas de “fazer viver e deixar morrer” (FOUCAULT, 1991). A existência do biopoder e da biopolítica se torna mais presente a partir do momento em que o governo racionaliza os problemas de um conjunto de seres vivos que formam uma população: saúde, higiene, natalidade, raças e outros, que devem ser resolvidos a partir de uma prática governamental (FOUCAULT, 1997).

Essa nova organização prática da política conta com a contribuição do desenvolvimento de saberes que proporcionaram um maior aparelhamento do Governo, no sentido de “ter diferenciados métodos” para a obtenção dos seguintes fins: a manutenção da ordem e a garantia dos direitos individuais. Como nos afirma Lechuga-Solís: “La bio-política como tecnologia que aglutina y regula a la población es la enervadora del nuevo Estado de policía y de administración” (2012, p.12).

O objetivo do surgimento da biopolítica foi aumentar a potência do Estado, manter a ordem e a disciplina e garantir a subsistência e vida da população, para que seja a “mais numerosa e a mais ativa possível” (FOUCAULT, 1997, p.91).

Segundo o filósofo Giorgio Agamben, a partir da leitura da obra Foucaultiana, o ponto principal de constituição da *biopolítica* no Ocidente se encontra na distinção entre *zoé* e *bios*. Na Antiguidade Clássica, os gregos utilizavam duas palavras para se referir a vida: *zoé* dizia respeito a vida biológica dos homens e dos animais, bem como os problemas inerentes a ela, e *bios* se referia a dimensão da vida do homem no espaço da moral e da política. A *zoé* era um assunto de cunho privado do *pater familiae*, e não preocupação pública da *polis*, pois esta se preocupava apenas com a *bios*. (AGAMBEN, 2002) Ambas as esferas se constituíram como elementos distintos e impenetráveis um pelo outro, e só na modernidade ambas começaram a passar por transformações: a vida física e biológica passou a ser interesse do Estado, da esfera pública, e a *bios*, passou a ser interesse, também, da esfera privada.

Prezar pelo bem estar individual de todos, atingindo efeitos máximos, com custos mínimos, remete as teorias liberais disseminadas a partir do século XVIII. A biopolítica se transforma então em parte importante da razão governamental, que obedece a “um jogo complexo de interesses individuais e coletivos, a utilidade social e o benefício econômico, entre o equilíbrio do mercado e o regime do poder político, é um jogo complexo entre direitos fundamentais e independência dos governados” (FOUCAULT, 2008, p.61).

Neste sentido, o liberalismo deveria ser pensado como conhecimento e princípio capaz de incorporar técnicas e dispositivos variados, baseados em uma racionalidade econômica, inclusive no que se refere à dimensão comportamental, na medida em que condicionou os indivíduos a uma cultura política do perigo. Para Foucault o medo do perigo, expresso no interesse público pelo crime, é o correlato psicológico do liberalismo. Existe no liberalismo uma relação problemática “entre a produção de liberdade e aquilo que, produzindo-a, pode vir a limitá-la e a destruí-la” (FOUCAULT, 2008, p.87), já que sua razão governamental necessita de liberdade e necessita gerenciar as condições do exercício da liberdade. A fabricação da liberdade tem, portanto, um custo que pode ser calculado pelo princípio da segurança, ou seja, de “proteger os interesses coletivos contra os interesses individuais” e vice versa (FOUCAULT, 2008, p. 89).

Em suma, a todos esses imperativos – zelar para que a mecânica dos interesses não provoque perigo nem para os indivíduos nem para a coletividade – devem corresponder estratégias de segurança que são, de certo modo, o inverso e a própria condição do liberalismo (2008, p.89).

Em nossa pesquisa mostramos que o princípio da racionalização do exercício do governo em prol da economia máxima é uma das justificativas das câmeras de vigilância na medida em que elas substituem efetivos de policiais nas ruas. Para os entrevistados a ampliação da segurança justifica a redução de privacidade.

Nesse contexto, a presença do Estado se torna mais evidente na vida do cidadão a partir das instituições modernas que, ancoradas por uma produção de saberes, confina, vigia e disciplina a partir das formas arquiteturais. No entanto, o fluxo populacional e a incapacidade de se vigiar os sujeitos apenas em espaços fechados promove transformações no controle social, com o objetivo de incorporar e resolver problemas “massificados”. A vigilância vai se deslocando da fixidez do espaço arquitetônico, da residência, da escola, do presídio, para as ruas e demais espaços, tornando o controle ininterrupto. Para Deleuze (1992), estaríamos vivendo em um modelo de sociedade de controle, onde o confinamento em uma organização espacial moldada para a realização da vigilância convive com a vigilância descentralizada e contínua. Ou seja, a vigilância é propagada aos espaços públicos, perseverando ao “ar livre”.

O indivíduo passa a ser visto (e vigiado) em todos os lugares, não só pelas câmeras, mas por diversos outros mecanismos. Pode-se acrescentar, conforme Hardt e Negri (2001) que o controle é, assim, uma intensificação e uma generalização da disciplina, em que as fronteiras das instituições foram ultrapassadas, tornadas permeáveis, de forma que não há mais distinção entre dentro e fora (HARDT e NEGRI, 2001, p. 369). Cada vez de forma mais presente no século XXI, as formas de monitoramento, controle e vigilância passam a integrar o *modus operandis* da sociedade de informação com o aparecimento das novas tecnologias digitais e informacionais.

AS CÂMERAS VIGILÂNCIA

Entre 2012 e 2013 foram entrevistados 20 comerciantes e 20 transeuntes de uma cidade da zona da mata de Minas Gerais com o objetivo de compreender a experiência dos sujeitos com os dispositivos de vigilância e monitoramento instalados na cidade.

Partindo do pressuposto que cada época tem seu regime de visibilidade próprio (BRUNO, F. KANASHIRO, M e FIRMINO, 2010), e que às câmeras se associam escutas e redes de informação, ultrapassando os limites da privacidade individual

em nome da segurança pública nacional e local, buscamos contribuir com as análises sobre o papel dos dispositivos de monitoramento na sociedade contemporânea.

A maior parte das tecnologias de vigilância foi desenvolvida para fins militares, especialmente no contexto da guerra fria (BOTELLO, 2010) e foram se proliferando enquanto ideia e enquanto prática em direção a uma *surveillance society* (WOOD, 2012). Segundo Wood (2012), produtos que ficariam obsoletos após o fim da guerra fria, como os circuitos fechados de televisão, ganharam um mercado civil quando passaram a ser utilizados nas cidades.

A primeira aparição das câmeras de vigilância no convívio da população brasileira se deu com a Lei 1.034 de 21 de outubro de 1969, como produto do Estado Militar, autorizando a iniciativa privada, sob a justificativa de combater assaltos a bancos associados aos movimentos de oposição ao Regime Militar. O reconhecimento legal e a difusão dos serviços de segurança se intensificaram a partir de 1996, quando as câmaras de vigilância se tornaram obrigatórias em diversas instituições, destacando-se várias iniciativas em forma de projetos de lei que intencionaram tornar obrigatória à instalação de câmeras em variados tipos de estabelecimentos ou locais com grande fluxo de movimento.

No estado de Minas Gerais, as câmeras passaram a fazer parte da vida do cidadão de forma mais profunda através do “Projeto Olho Vivo BH”, uma parceria público-privada entre a Prefeitura de Belo Horizonte, a Secretaria de Estado de Defesa Social, a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte, dando origem ao convênio nº 15/2014, e à Lei Estadual 15.435, de 12 de janeiro de 2005, que disciplina o uso de câmeras de vídeo para fins de segurança. O projeto se iniciou em dezembro de 2004 com a instalação de 72 câmeras de monitoramento nos centros comerciais da cidade de Belo Horizonte, em seguida se expandindo para outros municípios do estado, dentre eles aquele objeto de nosso trabalho.

As câmeras de vigilância são dispositivos capazes de ordenar o espaço, excluindo os suspeitos, portanto classificando os sujeitos. Embora o delito tenha uma função crucial na atuação das câmeras, elas funcionam antes mesmo do delito e para além do delito. Para Lyon (2010), a cultura do “olhar voyer”⁷ tem papel

⁷Argumentação compartilhada com Norman Denzin. (The Cinematic Society. The Voyeur's gaze. London: Sage, 1995.)

importante na legitimação das tecnologias de vigilância, já que existem poucas evidências de que tais tecnologias funcionem para os objetivos propostos. Nas palavras de nossos entrevistados:

Com relação a isso eu acho que essa câmera foi boa para a cidade, mesmo em relação aos clientes, entendeu? Porque eu acho que ninguém percebe... Eu mesmo, quando saio daqui, nem estou sabendo se estou sendo filmado. Só sei que está sendo bom eu estar sendo filmado. (IV⁸ - Comerciante 5 – Homem)

E tá filmado, tá protegido né. (IV - Transeunte 4 – Homem)

As câmeras de monitoramento funcionam como dispositivos de ordenar o espaço, classificar os sujeitos e excluir os suspeitos. Segundo Agamben (2009), dispositivo é uma rede de elementos que une ‘o dito’ e o ‘não dito’, relações de saber e relações de poder e assume uma “função estratégica concreta” diante de determinadas urgências (AGAMBEN, 2009, p.29). Trata-se de um “conjunto de práxis, de saberes, de medidas, de instituições cujo objetivo é gerir, governar, controlar e orientar, num sentido que se supõe útil, os gestos e os pensamentos dos homens” (AGAMBEN, 2009, p.39).

Assim, todo dispositivo implicaria em um processo de subjetivação, caso contrário seria pura violência. O “olho vivo” é um dispositivo que captura as subjetividades, na medida em que produz sensação de segurança e atrela a um maior número de câmeras, mais vigilância e menos privacidade. Para os sujeitos entrevistados os custos à privacidade são calculados como inferiores aos benefícios da segurança.

A vigilância eletrônica engaja subjetivamente os sujeitos que circulam pelas cidades monitoradas. Engajamento subjetivo significa uma relação ao mesmo tempo de sujeição e de emancipação (ZARIFIAN, 2002), um processo na qual ao mesmo tempo se interiorizam dispositivos sociotécnicos de controle do espaço e do tempo e se exteriorizam expectativas e desejos singulares. Um dispositivo é ao mesmo tempo uma máquina de governo e uma máquina de subjetivação na qual sujeitos monitorados se submetem a este olhar ao mesmo tempo em que se produzem a partir do mesmo.

A sensação de segurança, descrita pelos entrevistados, e já analisada em pesquisas anteriores (CASTRO e PEDRO, 2010), pode ser pensada como a agência

⁸ Doravante os trechos identificados como informação verbal (IV) consistem em entrevistas concedidas às pesquisadoras.

mais persistente dos dispositivos de monitoramento. Trata-se da produção de uma subjetividade adaptada à vigilância.

Em nossa investigação a maior crítica apresentada pelos entrevistados é justamente a necessidade de expansão do número de câmeras. Neste sentido a ordem biopolítica se reproduz na inclusão de um maior número de pessoas, de áreas, e de instituições.

Pra mim isso é muito bom. Muito bom. Por mim botava na rua todinha. Principalmente nessa rua que tem umas partes ai pra cima que eles fazem muitos assaltos na madrugada. Muitos assaltos, então, se tiver uma câmera dessa é bom e os caras não passam aqui mais assaltando. (IV - Transeunte 2 – Homem)

Uma segurança muito boa que era pra ter feito há mais tempo, eu acharia que até deveria colocar mais em vários pontos da cidade. (IV – Comerciante 18 – Homem)

Olha, eu acho assim, eu acho que deveria ter mais olho vivo na cidade. (IV – Comerciante 05 – Homem)

A expectativa pragmática com relação à atuação no monitoramento e na contenção da criminalidade remete a uma função econômica das câmeras, capazes de substituir o efetivo de policiais, como aparato de segurança pública.

Pelo bem de nós todos. É uma segurança que a gente tem. É uma polícia de plantão na porta ai, então é muito bom. (IV- Transeunte 2 – Homem)

Segundo os entrevistados identificar o suspeito e o delinquente é a principal agência das câmeras. Seria a partir da identificação que se promoveria tanto a prevenção como a punição.

Vai constrear as ações de malandros, de meliantes que vem praticando os assaltos constantemente aqui. Acho que as câmeras vão prejudicar, como volto afirmar, porque vão ser identificados muito facilmente. (IV- Transeunte 12 - Homem)

Eu acho bom assim, se tá filmando é mais fácil de identificar o assaltante. (IV – Comerciante 05 – Homem)

As câmeras se transformam em dispositivos complementares às modalidades de prevenção da violência mais comuns em cidades de pequeno porte, onde a visibilidade dos suspeitos esta centrada na pessoa, cujo nome e procedência é conhecida da população local. A identificação dos suspeitos passa, portanto, a ser uma tarefa mediada pelas câmeras que se colocam na relação entre Estado e população.

Na verdade, às vezes tem uma pessoa suspeita ali, você liga pra lá pro pessoal da câmera começar a observar a pessoa. (IV – Comerciante 03 – Homem)

Às vezes eles tão vendo e tudo, não só eles... Também só de estar observando, eles já conhecem as pessoas que são suspeitas, que aqui acaba que é pequena, então todo mundo já tem uma noção. Mas que se tem essa vigilância 24h, eles já conhecem as pessoas certas. Pelo menos tem uma noção (IV – Transeunte 09 – Mulher)

Segundo Wood e Firmino (2010) as formas de identificação da população tem sido utilizadas com diversos propósitos e podem se encaixar ou operacionalizar contextos de inclusão ou repressão.

Identificar os suspeitos significa segregar os indivíduos, e também o espaço de circulação. Alguns entrevistados mencionaram estarem mais dispostos a circular somente onde há câmeras de vigilância. Um comerciante entrevistado relatou o deslocamento de grupos “indesejados”, associados simbolicamente com o uso de drogas, como é o caso dos *hippies*.

Olha, diminuiu bastante um grupo né, que ficava sentado aqui na frente da loja entendeu? Não discriminando ninguém. Mas nós temos aqui né, hippies. (...). Depois da câmera hoje acabou, já hoje não tem isso mais. (...)

Não oferecia risco porque eles não seriam burros e ignorantes pra fazer isso não. Mas pra quem vai entrar, pra quem vai comprar, fica inibido, a verdade é essa. E esse grupo não era só de hippie não, era de pessoas nativas mesmo, que concentrava ali na frente ali. Já hoje praticamente acabou, não tem mais. (IV – Comerciante 06 – Homem)

Importante pra evitar assalto, até pra dar mais comodidade pros clientes. Eles ficam mais a vontade sabendo ó, aqui na praça tem um olho vivo. Inclusive um tempo atrás ficava até uns desses meninos suspeitos, em volta da loja, rondando. Alguns clientes até com medo de ficar entrando entendeu? Ai com o olho vivo até melhorou. (IV – Comerciante 07 – Mulher)

Conforme afirmam Castro e Pedro (2010), o fenômeno da exclusão é um dos efeitos da vigilância contemporânea, na medida em que os dispositivos de vigilância constroem linhas de oposição entre Certo e Errado, Bem e Mal, Ordem e Desordem, Vítima e Criminoso (CASTRO e PEDRO, 2010).

Apesar das câmeras serem direcionadas para todos, elas são vistas pela população como agentes capazes de filtrar e identificar o bem e o mal, separando-os. Segundo os entrevistados, apenas àqueles que “não andam na linha”, “fazem coisas erradas”, “que são do mal” realmente iriam ser afetados pela vigilância. Essa agência estaria neutralizada na relação com as “pessoas de bem”. Os dispositivos, ao se direcionarem indefinidamente para toda a população, se constituem em

dispositivos massificados que constroem um tipo específico de cidadania ancorada no medo do perigo, na qual a perda da privacidade é justificada pelo aumento da segurança.

Pra mim que tô andando honestamente, pra mim a câmera ela está me guardando, ela está me protegendo porque não tô em falcatrua nenhuma. (IV – Transeunte 4 – Homem)

A maior contribuição foi isso, que reduziu esses pivetes que ficavam rondando o estabelecimento e que de repente, ficaram né, mais amedrontados, sabendo... 'Não vou fazer nada porque tem Olho Vivo aqui'. Entendeu?" (IV - Comerciante 7 – Mulher)

O lugar da cidadania é o lugar da visibilidade. O desejo de invisibilidade que pode ser operado pelo discurso da privacidade é visto como estando em oposição à honestidade e correção.

É bom no sentido de que você esta sendo protegido, filmado. Eu acho que você que já tem a vida limpa, correta, você não se assusta com nada, mas você também anda a vontade no meio do povo. E se você tem amizade, você vive bem. Agora, se você anda escondido... Então o problema é só para quem anda escondido, que aí ele vai ficar sem lugar. (IV - Transeunte 4 – Homem)

Faz muita diferença positiva. Acho que negativa, isso vai de pessoa pra pessoa. A pessoa que anda errado, acho que pra ela vai inibir bastante... mas pra mim não. (IV - Transeunte 3 – Homem)

A vigilância atinge perifericamente as atividades sigilosas de determinados indivíduos. Espera-se da vigilância que ela identifique e classifique os indivíduos e suas condutas, dos menos perigosos aos mais perigosos, exercendo assim um determinado papel moral.

Eu penso assim um jovem fumando às vezes ninguém sabe que fuma, pra caszinho de namorado... Então por um lado melhor da coisa, esses aí que vão ficar incomodados. Da bebida também. Agora, o que mais vai incomodar mesmo é o bandido porque ele que vai ser o mais prejudicado. (IV - Transeunte 1 – Homem)

Eu acho que depois que colocaram as câmeras as pessoas ficam mais... dão mais valor a cidade porque antes, eles faziam várias... mais baderna. Sendo cidade universitária aqui tem muita festas e às vezes os estudantes vinham... igual essas festa do barro. Quantas vezes eu já cheguei aqui na porta dessa loja... Nossa gente, barro pra tudo quanto é lado. Passavam barro nas placas. Às vezes eu mesmo já vi as pessoas passando barro nas placas, nas casas... vinham chutando essas placas, chutando os lixos. Com essas câmeras ficaram um pouco inibidos, um pouco retraídos. (...). Tá sendo vigiado, tá sendo gravado né. (IV – Transeunte 7 – Mulher)

Os grupos suspeitos ou anormais⁹ devem ser afastados dos centros econômicos, ou confinados para serem vigiados. A identificação de grupos perigosos significa nomeá-los, classificá-los, acompanhá-los pela cidade e barrá-los quando preciso, para se estabelecer a ordem pública.

O suspeito é construído em cada sociedade a partir dos desvios relevantes em cada contexto. Na racionalidade moderna capitalista a oposição à produção e ao consumo são parâmetros da delinquência. Nas entrevistas com comerciantes, percebeu-se uma grande preocupação em relação a esses “elementos suspeitos” que poderiam, supostamente, afastar os seus clientes ou também, causá-los outros prejuízos. Neste perfil de suspeito se enquadrava o “grupo que ficava sentado em frente da loja” de um dos comerciantes entrevistados, grupo este disperso após a instalação do “Olho Vivo”. Em outros trechos se confirma que certos grupos são abordados com frequência perto das câmeras de vigilância, apenas com pedidos de dispersão, mostrando a ligação entre ociosidade e suspeição.

O isolamento, o cuidado e a vigilância desses centros de comércio protegem e evitam que qualquer coisa indesejada interfira nas atividades do consumidor ou comprador, transformando-os em templos de consumo, lugares protegidos de tudo aquilo que é “suspeito”, “estranho” ou “irregular”. Nos depoimentos dos entrevistados, os indivíduos ou grupos perigosos englobam desde aqueles que não respeitam o espaço público e as regras públicas, tais como pivetes, maus motoristas, vândalos, até os criminosos. O templo de consumo é, principalmente, bem supervisionado e livre de desocupados, mendigos, assaltantes e traficantes. (BAUMAN, 2001). Trata-se de um modelo a ser perseguido no espaço urbano.

Agora, o bandido ele sabe disso, o marginal que sabe disso vai ter medo de arrombar minha porta. Ou de roubar uma mercadoria na minha porta. (IV – Comerciante 02 – Homem)

Mas eu acho que o sistema de câmera me dá uma segurança muito grande porque se alguém tentar arrombar a minha loja, isso vai ser percebido imediatamente pela câmera e isso vai ser evitado, que é o principal que tá acontecendo. (IV – Comerciante 03 – Homem)

Muitas vezes o que acontece: a pessoa tá ali fora e fala "posso usar loja aqui pra contar um dinheiro aqui dentro?" Porque isso dá uma segurança pra ele porque ele já não tá exposto. E pra mim a vantagem é que eu tenho a câmera em frente a minha loja 24 horas por dia né, que no caso eu não sei se tem alguém olhando lá 24 horas... Mas pra mim é excelente, é muito bom. (IV- Comerciante 06 – Homem)

⁹Nos estudos sobre a categoria anormal, Foucault (1997, 2001) aponta que o “indivíduo a corrigir” ou o “incorrigível” é um tipo de anormalidade ligada às técnicas de adestramento, de disciplina e de correção desenvolvidas no século XVII e XVIII.

A biopolítica atrelada à segurança implica a construção de uma subjetividade passiva diante da tecnologia de monitoramento. A tecnologia de vigilância forma dois arranjos sociotécnicos distintos, com “as pessoas de bem” o arranjo implica uma harmonia, como se a invisibilidade trocasse de lugar, do indivíduo para a câmera. Enquanto na sua relação com as “pessoas de bem” a tecnologia deve permanecer invisível a fim de que não interfira no cotidiano do centro comercial da cidade, com relação aos “suspeitos” a tecnologia deve se fazer visível através de sua própria presença e reforçado pelos cartazes pregados nas lojas com os dizeres “Estou tranquilo, aqui tem Olho Vivo” ou em situações específicas de publicidade, “Olho Vivo: de olho em você” e “Tenha um Natal mais tranquilo com Olho Vivo”. A grande maioria dos comerciantes entrevistados afirmou que os crimes na região diminuiriam drasticamente e atribuem esse efeito às câmeras.

Alguns transeuntes também atribuem às câmeras o que eles identificam como redução da violência.

Eu creio que muita gente deve ter sido presa por conta disso porque quando começou e mostrou no jornal pessoas que tinham sido presas graças ao olho vivo. (...) Eu penso que não está acontecendo, porque a pessoa já sabe que tem. Então vão roubar ali, vão roubar onde não tem. Ai eu penso que serviu. Igual roubo de bicicleta. Era muita bicicleta... estudante sofria muito com isso, então hoje eu acho que quase não se vê falar. Eu acho que é por conta disso, porque policiamento continua pouco do mesmo tanto. Então eu acho que é isso. (IV - Transeunte 1 – Homem)

Para os entrevistados a segurança preventiva pode falhar quando não se divulga o suficiente a presença das câmeras, ou quando a ousadia dos criminosos é superior ao medo de serem punidos. A confiança dos entrevistados no potencial punitivo do Olho Vivo é questionada naqueles casos em que o entrevistado já foi vítima de ação criminosa ou de trânsito.

Já aconteceu da gente acontecer o fato e depois lá não conseguir as imagens. (IV – Comerciante 01 – Homem)

Eu sei que tem algumas câmeras espalhadas pela cidade. Que o monitoramento é feito pela polícia militar. É, mas eu não acredito muito na efetividade dele. Por má operação, porque eu já tive inclusive que usar ele e o funcionário, na hora que eu precisei, não tinha como operar as câmeras. (IV – Comerciante 11- Homem)

Mas eu acho que pelo que eu vi aqui às vezes acontece alguma coisa, alguém rouba uma loja e as vezes eles nem sempre conseguem tomar a atitude que precisa. Mas ainda assim eu acredito que inibe, inibe a pessoa que vai roubar que vai assaltar (...). (IV – Comerciante 19 – Mulher)

Foram mencionados alguns subterfúgios utilizados por criminosos para escaparem à identificação, tais como o uso do capuz ou do capacete de motociclista. Neste caso as câmeras perdem sua agência.

A ineficiência do projeto, quando mencionada, se deve especialmente ao fator escala, o que seria resolvido com a ampliação do número de câmeras no centro e em outros bairros.

Assalto mesmo aqui no centro não acontece essas coisas. Assim, acontece mais nos bairros mais afastados. Eu acho que lá continua a mesma coisa... (IV – Transeunte 09 – Mulher)

As pessoas estão mais ameaçadas onde não tem a câmera. As pessoas estão mais ameaçadas porque os meliantes já sabem direitinho aonde tem a câmera, onde não tem e o que eles podem praticar, e onde pode praticar. (IV – Transeunte 12 – Homem)

Eu, particularmente, acho que a resposta é muito pequena. Igual teve o assalto aqui ontem, o rapaz da padaria estava reclamando que tem assaltado as padarias tudo em volta. (...) Então talvez o número de Olho Vivo seja muito pequeno porque coloca um Olho Vivo ali no Calçadão... aí eles vêm e assaltam aqui. Eles vão e assaltam a padaria ali. Assaltou a padaria ali, quer dizer, eles vão contornando as situações. Então quer dizer, só mudou o problema de lugar. (IV – Comerciante 14 – Homem)

Percebeu-se a existência de um paradigma liberdade *versus* privacidade entre os entrevistados. Parte dos entrevistados considera que a câmera influencia na sua perda de privacidade durante as suas atividades do dia-a-dia, mas todos concordaram que é uma consequência inexorável da ampliação da segurança.

Mas sim, está afetando alguma privacidade minha. Mas eu não tenho que ter medo de demonstrar nada para aquela câmera. E traz sim reflexos positivos, por eu sentir esse conforto e segurança quando eu estou andando na rua... Isso me deixa melhor, é uma sensação boa. (IV - Comerciante 11 – Homem)

No começo eu fiquei pensando para quem mora na região aqui em questão de invasão de privacidade também né. [...] Mas é uma perda da privacidade que você tem por uma possível troca de segurança que você está fazendo. Você tá abrindo mão disso. (IV - Comerciante 12 – Homem)

Meio estranho né, você ser filmada (...) Assim, a gente não sente a vontade, sente alguma coisa te pegando. (IV – Transeunte 6 – Mulher)

Me dá impressão de que tem alguém me vigiando, sei lá. Quando eu passo assim, eu percebo que tem alguma câmera. Mas aí eu penso que é mais pra proteger a gente mesmo. Se acontecer alguma coisa comigo ali, pelo menos eles vão estar vendo. (IV – Transeunte 10 – Mulher)

Será que eu tô pagando algum mico, e tem alguém do outro lado me "zuando"? É por aí, você fica meio sem graça, é tipo Big Brother, do nada você lembra que tem uma câmera ali, e pode estar te filmando, e eu fico meio sem graça. (IV – Transeunte 18 – Mulher)

Para alguns transeuntes a vigilância através de câmeras é um mal necessário, especialmente se há indicadores suficientes da sua eficiência:

Eu costumo dizer que é um mal necessário né. Você se sente um pouco vigiado, mas é necessário. Eu vejo como necessário. Deveria ter mais na minha opinião. (IV – Transeunte 14 – Homem)

Mas é uma perda da privacidade que você tem por uma possível troca de segurança. O que você está fazendo. Você tá abrindo mão disso. (...) Pra mim sim, se estivesse realmente funcionando valeria a pena. (IV – Comerciante 11 – Homem)

Quando se instalaram as câmeras aqui, alguns dos meus funcionários ficaram se sentindo mal a principio, por que estavam sendo filmados. Eu mesmo achei estranho (...). Tive que instalar câmeras aqui também, então este processo foi a principio aquele choque, as pessoas ficam um pouco mais retraídas por saberem que estão sendo filmadas, mas acho que com o tempo e da forma que a sociedade tá trabalhando em cima disso, vendo através de pesquisas como a violência diminui, elas sabem que talvez seja para fazer um bem para elas, e não só para invadir a privacidade. (IV – Comerciante 16 – Homem)

O espaço público, para alguns, já é considerado como um espaço de privações, em contraposição ao espaço privado.

Não adianta você querer ter privacidade no momento da compra, por exemplo, ou em um momento de passeio, sabendo que você pode ser assaltado, algum meliante pode aparecer e te abordar, então com esta situação as câmeras vão ajudar as pessoas, e aí a privacidade não vai mais ser atacada. A privacidade não vai mais existir nas ruas, mas nas casas, eu acho. (IV - Comerciante 16 – Homem).

Na verdade isso é uma coisa irreversível né? Tá no governo das pessoas. Na verdade acho que não quebra a liberdade das pessoas. Muitas vezes nós, com o tempo, nem sabemos que estamos sendo filmados. Isso fica um cotidiano, como se fosse um *big brother*, mas é outra coisa. (IV – Comerciante 03 - Homem)

Para alguns comerciantes, a privacidade chega mesmo a ser vista como um entrave para a segurança. Para este grupo privacidade e segurança são realidades excludentes. Para a maior parte dos entrevistados a privacidade do delinquente ou do criminoso é a única a ser afetada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reordenação nos modos de ver, e de ser visto, envolve também os dispositivos de vigilância, os quais são cada vez mais diversos em relação às técnicas e significados. A atual presença dessas tecnologias de vigilância não mais se limita a certos espaços físicos, mas a um espaço ampliado. Desse modo, percebeu-se a partir de todo o processo de pesquisa que a presença das câmeras de vigilância no espaço público atua de forma ampliada e contínua no controle social, produzindo a separação entre espaços (espaços de livre circulação versus espaços segregados) e entre indivíduos (indivíduos de bem versus indivíduos suspeitos ou criminosos/delinquentes), e produzindo sujeitos engajados no par segurança/vigilância. Neste sentido trata-se de um dispositivo do biopoder, em que a partir do pano de fundo de insegurança do homem contemporâneo se produzem os efeitos de disciplina indicados por Foucault, especialmente a interiorização do controle, e a produção de sujeitos voluntariamente engajados na disciplina.

No contexto capitalista, é possível inferir que a vigilância traz riscos referentes à exclusão e a segregação ligadas ao ingresso ou não no mercado. A produção de áreas urbanas mais “seguras”, do que outras, implica a exclusão dos suspeitos, dos sujeitos não produtivos, dos desocupados, tornando as demais áreas negativas para a população. Controle social e segurança para o mercado perpassam este dispositivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer** - O Poder Soberano e a Vida Nua. Belo Horizonte, MG. UFMG Ed, 2002.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó, SC. Argos Ed, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro, RJ. Jorge Zahar Ed, 2001.

BOTELLO, Nelson A. Orquestração da vigilância eletrônica: uma experiência em CFTV no México. In: Bruno, F. Kanashiro, M. e Firmino, R. (orgs.). **Vigilância e visibilidade**: Espaço, tecnologia e identificação. Porto Alegre, RS. Editora Sulina, 2010.

CASTRO, Rafael B., & PEDRO, Rosa M. Redes de vigilância: experiência da segurança e da visibilidade articuladas às câmeras de monitoramento urbano. In: BRUNO, Fernanda. KANASHIRO, Marta, e FIRMINO, Rodrigo. (orgs.). **Vigilância e**

visibilidade: Espaço, tecnologia e identificação. Porto Alegre, RS. Editora Sulina, 2010.

DELEUZE, Gilles. **Post Scriptum sobre as sociedades de controle.** Conversações. Rio de Janeiro, RJ. Editora 34, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade.** São Paulo, SP. Editora Martins Fontes, 1991.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos Cursos do Collège de France.** Rio de Janeiro, RJ. Jorge Zahar Editor, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais:** curso no collège de France (1974-1975). São Paulo, SP. Editora Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica:** curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo, SP. Editora Martins Fontes, 2008.

HARDT, Michael. & NEGRI, Antonio. **Império.** Rio de Janeiro, RJ. Editora Record, 2001.

LECHUGA-SOLÍS, Graciela. Comentarios de Agamben a la noción de biopolítica de Foucault. **Revista Psicologia & Sociedade**, 24 (n.spe) p. 8-17, 2012.

LYON, David. **11 de setembro, sinóptico e escopofilia:** observando e sendo observado. In: Bruno, F., Kanashiro, M. e Firmino, R. (orgs.). **Vigilância e visibilidade:** Espaço, tecnologia e identificação. Porto Alegre, RS. Sulina, 2010.

WOOD, David M. & FIRMINO, Rodrigo. **Inclusão ou Repressão?** Questões da identificação e exclusão do Brasil. Coleção Cibercultura. Porto Alegre, RS. Editora Sulina, 2010.

WOOD, David. **The 'Surveillance Society'.** Questions of History, Place and Culture. *European Journal of Criminology*. Vol. 6(2), Sage Publications, p.179-184. 2012.

ZARIFIAN, Philippe. Engajamento subjetivo, disciplina e controle. **Novos Estudos CEBRAP**. n.64, São Paulo, SP. 2002.